

DISPUTAS TERRITORIAIS, REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS EM MINAS GERAIS: conjuntura e diversidade dos conflitos no campo e da Reforma Agrária¹

DISPUTAS TERRITORIALES, REFORMA AGRARIA Y POLÍTICAS DE CREACIÓN DE ASENTAMIENTOS RURALES EN MINAS GERAIS: coyuntura y diversidad de los conflictos en el campo y de la Reforma Agraria

João Cleps Junior

Professor do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia.
Pesquisador Bolsista Produtividade do CNPq e do Laboratório de Geografia Agrária-LAGEA.
Coordenador do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais – NEAT/CNPq e pesquisa DATALUTA-MG.
jcleps@ufu.br

Resumo

O presente texto é fundamentado em análises da conjuntura agrária de Minas Gerais e no Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA de Minas Gerais. São analisadas as políticas de reforma agrária, as formas de obtenção de terras e de criação de assentamentos nos períodos de governo, bem como as ações dos movimentos sociais no campo em Minas Gerais, seu processo de luta no contexto das transformações socioespaciais do campo brasileiro no período de 1985-2011. A metodologia e fonte de dados são baseadas no Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) que reúne informações obtidas em cerca de vinte fontes (jornais, portais e informes de movimentos) de Minas Gerais (categorias manifestações e ocupações de terras) que são confrontadas com os dados da CPT. Os dados sobre assentamentos e estrutura fundiária são obtidos do INCRA, reunidos na base Dataluta.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Assentamentos Rurais. Agronegócio. Conflitos no Campo. Pesquisa DATALUTA. Minas Gerais.

Resumen

Este texto se basa en el análisis de la coyuntura agraria de Minas Gerais y en el Banco de Datos da Luta pela Terra - DATALUTA de Minas Gerais. Se analizan las políticas de reforma agraria, las formas de obtención de tierras y de creación de asentamientos durante los períodos de gobierno, así como las acciones de los movimientos sociales en el campo de Minas Gerais y su proceso de lucha en el contexto de las transformaciones socio-espaciales en el campo brasileño en el periodo 1985-2011. La metodología y los datos se basan en el Banco de Datos da Luta pela Terra (DATALUTA) que reúne la información obtenida en una veintena de fuentes (periódicos, portales y informes de los movimientos sociales) de Minas Gerais (categoría manifestaciones y ocupaciones de tierras) y es confrontada con los datos de la CPT. Los datos sobre los asentamientos y la tenencia de la tierra se obtienen por el INCRA y son reunidos en la base Dataluta.

Palabras clave: Reforma Agraria. Asentamientos Rurales. Agronegocio. Los conflictos en el campo. Dataluta investigación. Minas Gerais.

Introdução

O presente texto é fundamentado em análises da conjuntura agrária de Minas Gerais e no Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA de Minas Gerais. O banco de dados DATALUTA foi criado em 1998 na UNESP/Pres. Prudente pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e em 2005, por meio de convênio de cooperação e em rede de pesquisa foi implantado pelo Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) em Minas Gerais. A rede Dataluta é integrada por nove núcleos de pesquisas de universidades brasileiras (UNESP-NERA, UFU-LAGEA, UNIOESTE-GEOLUTAS, UFRGS-NEAG, UFS-LABERUR, UFPB-GETEC, UFES-OCCA, UFMT-GECA e UFMS-LABET).

A metodologia de dados DATALUTA adotada em Minas Gerais consiste na coleta diária de informações em cerca de vinte fontes (jornais e portais e informes de movimentos) de Minas Gerais sobre manifestações e ocupações de terras que são ainda confrontados com a CPT. Os dados sobre assentamentos e estrutura fundiária são obtidos do INCRA, reunidos na base Dataluta.

O crescimento da luta pela terra em Minas Gerais expressa o avanço dos movimentos sociais, bem como de outros que participam da luta pela reforma agrária, além de sindicatos locais, ONG's e pastorais católicas, sem contar as várias organizações que mesmo indiretamente envolvidas com a questão agrária, contribuem fortemente com a luta pela democratização do acesso à terra. Neste contexto, são analisadas as políticas de reforma agrária, as formas de obtenção de terras e de criação de assentamentos nos períodos de governo, bem como as ações dos movimentos sociais no campo em Minas Gerais, seu processo de luta no contexto das transformações socioespaciais do campo brasileiro no período de 1985-2011. São ainda analisados a violência e os assassinatos no campo, que têm vitimado no estado lideranças camponesas. Na criminalização e judicialização da questão agrária, além com crescimento das condenações contra líderes de movimentos, cresceram as condenações contra líderes de movimentos e seus apoiadores num processo comandado pelo agrobandidismo, a partir dos massacres de Felisburgo e Unai permanecem sem qualquer condenação, continua atuante e faz mais uma chacina em Uberlândia neste início de 2012.

**Diversidade das Lutas Sociais e dos Conflitos no Campo em Minas Gerais:
agronegócio e concentração fundiária**

Quando analisados os números oficiais da Reforma Agrária em Minas Gerais, nos últimos 25 anos, confirma-se a política compensatória de criação de assentamentos rurais, mas também se evidencia a contraofensiva do capital, representado pelo poder político do agronegócio, das ações dos grandes proprietários de terras e do judiciário e as respectivas “brechas” na legislação que rege os processos de conflitos e desapropriações de terras. Ao mesmo tempo em que no Brasil houve a diminuição dos acampamentos e ocupações dos latifúndios nos últimos anos, os estudos indicam um crescimento da violência e concentração do poder e acirramento do processo de luta, ligado às ocupações de áreas de latifúndio, de interesse ou pertencentes às corporações do agronegócio, empresas do setor mineral e setor energético. Esta onda de violência atinge diretamente lideranças camponesas, quilombolas, indígenas e populações extrativistas, ribeirinhos, sem terra e outros, com anuência do Governo Federal, que abandonou a política de reforma agrária, a titulação de territórios quilombolas e demarcação de terras indígenas e passou a investir fortemente no agronegócio.

A questão agrária caminha hoje junto com a questão ambiental. As regiões de maior concentração de recursos naturais (água, terra, minério e biodiversidade) tem se tornado alvos de disputas políticas e econômicas.

Analisar a questão agrária em Minas Gerais é uma tarefa muito complexa, considerando seus 853 municípios, onde atuam mais de 35 tipos de movimentos sociais desde a década de 1990 quando se iniciou o registro sistemático das ações dos movimentos (DATALUTA, 2010).

As regiões de Minas não só apresentam grandes diferenças socioespaciais nos aspectos naturais (relevo, hidrografia, solos e vegetação), econômicos, sociais, demográficos, culturais, urbanos e rurais, mas na grande diversidade que reflete também na natureza dos conflitos e tipos de movimentos de luta e resistência no campo. O território mineiro apresenta diferentes graus de desenvolvimento e dinamismo agrícola e agroindustrial resultantes da intensa modernização ocorrido a partir do final dos anos 1970.

O PIB do agronegócio mineiro correspondeu em 2011 a 12,4% do PIB do agronegócio nacional (FJP). Minas Gerais ocupa o 1º lugar no setor de madeiras (pinus e eucalipto), possuindo a maior área de florestas plantadas no território brasileiro, cerca de 1,5 milhões de hectares. No caso de Minas Gerais, a madeira produzida é uma matéria-prima essencialmente industrial, destinada à produção de carvão para a indústria siderúrgica. “Os grandes maciços foram implantados por um reduzido número de grandes empresas de siderurgia para o auto-abastecimento de carvão siderúrgico. Assim, a vinculação principal desse segmento não é com o setor agropecuário, mas com a cadeia produtiva minero-metalúrgica, ainda que as florestas disputem os mesmos fatores de produção com os demais produtos agrícolas” (BDMG, 2006).

Nas principais culturas agrícolas, o estado também ocupa lugar de destaque na produção de grãos (milho, soja, feijão), café e mais recentemente a cana-de-açúcar. A área plantada de grãos alcança 2,8 milhões de hectares e o volume de produção de grãos é superior a 10 milhões de toneladas; a área de café atinge 1 milhão de hectares produzindo 1,5 milhões de ton. e a cana área de cerca de 750 mil hectares e uma produção de 60 milhões de toneladas (IBGE-LSPA, 2010).

Dentre as atividades agrícola de maior expansão em Minas Gerais, inquestionável é o aumento da produção canavieira. Minas Gerais já é o 2º estado em área plantada e 3º na produção de etanol (2,5 milhões de m³) e produção de açúcar (3,2 milhões ton.). A produção de cana-de-açúcar destinada ao setor sucroalcooleiro alcançou a moagem de 54,5 milhões de toneladas e uma área plantada total em cerca de 746.527 ha. (IBGE-LSPA, 2010).

Desde 2000 estão sendo implantadas dezenas de novas unidades agroindustriais do setor sucroenergético, em sua maioria localizadas espacialmente na área de domínio do Cerrado, compreendendo as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba (38 unidades) e Noroeste (6 unidades). O estado possui 59 unidades, sendo essas 46 instaladas e 13 projetadas (dados da UDOP e SIAMIG de 2011). No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba são 38 unidades, sendo essas 27 instaladas e 11 projetadas. Das unidades ainda em fase de instalação, somente duas usinas não se encontram no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. As 27 unidades em operação na mesorregião foram

implantadas entre os anos de 2000 a 2009, enquanto as restantes foram criadas antes entre 1980 a 1999.

Grupos nordestinos se (re)territorializaram em Minas Gerais na década passada. A maior parte de origina de Alagoas, assim como a mão-de-obra migrante para trabalhar nas lavouras de cana, sendo os principais o grupo João Lyra, Carlos Lyra, Tércio Wanderley e João Tenório, que foi adquirido pela Bunge, em 2007. (CAMPOS, 2011, p. 70). A internacionalização avança forte sobre o setor canavieiro, com a aquisição de usinas, arrendamentos e compra de terras. O agronegócio canavieiro tem ampliado a compra de terras e aquisição de empresas nacionais do setor sucroenergético se territorializando e ameaçando os territórios camponeses e indígenas. Estes novos elementos da questão agrária criam novas conflitualidades, gerando novas formas de luta e de resistência. (FERNANDES, 2010).

Foram incorporados mais de 600 mil hectares de terras na expansão da lavoura canavieira no estado. Em 2000 eram 126,5 mil hectares e em 2010 chegou a 752.763 ha. As novas plantações de cana-de-açúcar substituíram, principalmente, as áreas de pastagem e de agricultura. Estudos indicam que em média, 70% da expansão da cana ocorre sobre áreas de pecuária e 30% sobre agricultura. (REIS e BRITO, 2011, p.6656).

Uma simples análise da distribuição fundiária no Estado, dá uma dimensão mais clara da concentração fundiária no estado (Gráfico 1). As pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam 8,8 % do total de terras, embora representem mais da metade da área (58,6%) das propriedades rurais. Já as grandes propriedades, com mais de mil hectares, somam menos de 0,2% das propriedades e controlam 12,8% das terras (Gráfico 1). Embora a distribuição dos imóveis acima de 1 mil ha. seja menor que a média nacional, as propriedades entre 100 a 1000 hectares ocupam 42,4% da área, confirmando menor grau de concentração fundiária.

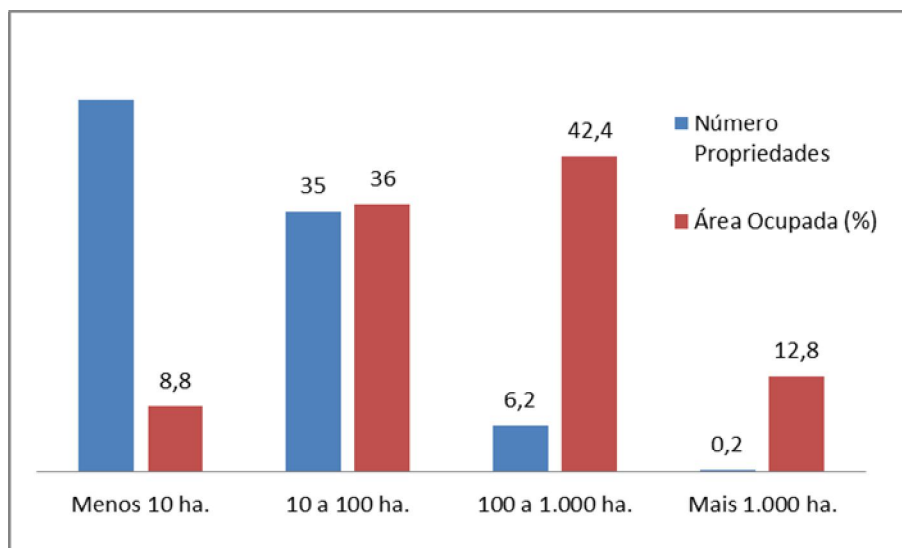


Gráfico 1: Minas Gerais – Número de Propriedades e Área Ocupada (2010)

Fonte: INCRA/ DATALUTA (2011)

Org. João Cleps Jr.

Segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do INCRA em 2011, Minas Gerais possui um total de 5.356.425 imóveis rurais que correspondem a área de 590.716.875,34 hectares. Apenas os minifúndios somam 3.447.230 imóveis (64%), ocupando uma área total de 48.602.255 ha. (8,2%). A grande propriedade soma 65.758 imóveis (1,2%) e área correspondente de 184.888.520 ha. (31%).

Ações e Reações dos Movimentos: disputas territoriais e conflitos no campo

Conflitos por terra e água marcam as disputas territoriais entre o agronegócio e a agricultura camponesa e familiar. Exemplos desta diversidade de conflitos e problemas são frequentemente e sistematicamente registrados pelo DATALUTA, tais como dos atingidos pela Mineração em Congonhas, cidade dos profetas e do escultor Aleijadinho. Como relata Frei Giovander Moreira, assessor da CPT em Minas Gerais: “Por ironia da história, o município onde estão as principais obras de Aleijadinho é que está sendo aleijado pelas mineradoras com um rastro de destruição sem precedentes”; desastre ambiental que as PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) causam para o meio ambiente e para a população em diversas regiões do Estado, em especial o caso da PCH em Ferros;

a de geraizeiros, “encurralados” pela monocultura do eucalipto, em Bocaiúva, no Norte de Minas; e os efeitos dramáticos da mineração em Conceição do Mato Dentro, onde ainda cerca de 32 minas estão sendo planejadas destruírem o patrimônio natural daquele município e região.

O crescimento da luta pela terra em Minas Gerais expressa o avanço dos movimentos sociais rurais, bem como de outros inúmeros que participam da luta pela reforma agrária, além de sindicatos locais, ONG’s e pastorais católicas, sem contar as várias organizações, associações e sindicatos que, mesmo sem estar diretamente envolvidos com a questão agrária, contribuem fortemente com a luta pela democratização do acesso à terra. Mesmo frente às dificuldades e resistências enfrentadas, tanto em nível local quanto em nível nacional, devido ao conservadorismo e aos rumos tomados pela política agrícola do país, os sem-terra inserem a questão da reforma agrária na ordem do dia. Os acampamentos e os assentamentos rurais conquistados são partes integrantes e fundamentais desse processo de luta pela terra.

Em Minas Gerais são mais de 10 mil famílias acampadas. Uma das lutas atuais se trava na Fazenda Inhumas, no município de Uberaba, declarada improdutivo, marcada pelas reiteradas ocupações e despejos com reintegração de posse desde 2008, ainda sem solução e ato desapropriatório. A Fazenda Inhumas faz parte de uma grande fazenda que foi desmembrada em três fazendas. As outras duas fazendas já estão tomadas por canavial que produz cana para a Usina Vale do Tijuco, que integra o Consórcio CMAA (Companhia Mineira de Açúcar e Álcool), que está instalando mais outras duas Usinas na região do Triângulo. *“A decisão de retirar as famílias foi da juíza da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte, Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira. Em seu despacho, a magistrada determinou a extinção da ação de desapropriação das terras para fins de reforma agrária, além da imediata reintegração de posse. As famílias que foram retiradas da fazenda continuam na fazenda Cedro, no acampamento Roseli Nunes, próximo ao 1º de Maio, acampamento que deu apoio às famílias que foram retiradas da fazenda Inhumas durante reintegração de posse. Toda a produção das famílias que estavam na fazenda foi arrancada da terra.”* (JMOnline. Uberaba, 2011).

Na luta contra a agressão à natureza, vários aliados se somaram à luta dos camponeses em torno da questão da água. Um dos marcos mais importante envolveu o bispo Dom Luiz

Flávio Cappio, que, por duas vezes (2005 e 2007) se colocou em jejum como forma de chamar a atenção sobre o projeto de transposição das águas do São Francisco.

Os conflitos pela água vêm aumentando em todo o território brasileiro desde 2002 (ano em que a entidade iniciou o registro em relação à água). Em 2010 registrou-se o maior número de conflitos pela água evidenciando que a questão consolida-se como um dos principais temas nacionais sendo que a metade dos problemas está relacionada ao uso e preservação desse recurso (CPT, 2010, p. 18). De acordo com as tabulações pela pesquisa DATALUTA, os conflitos por terra, acampamentos e ocupações em Minas Gerais diminuem após 2003, ocasião da eleição do Governo Lula da Silva. Até então, os conflitos por terra apresentavam-se crescentes, porém as ocupações diminuem pela metade em menos dez anos (de 46 em 2001, reduzem para 23 em 2010). Nesse sentido, o gráfico 2 mostra uma redução dos conflitos de terra após 2003 em Minas Gerais, acompanhando o ritmo brasileiro e um aumento crescente dos conflitos pela água.

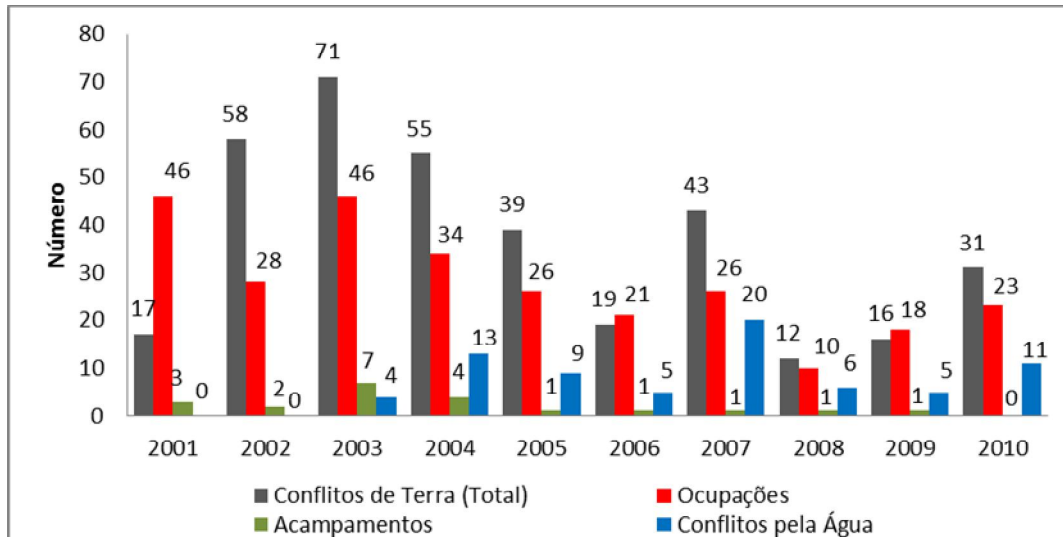
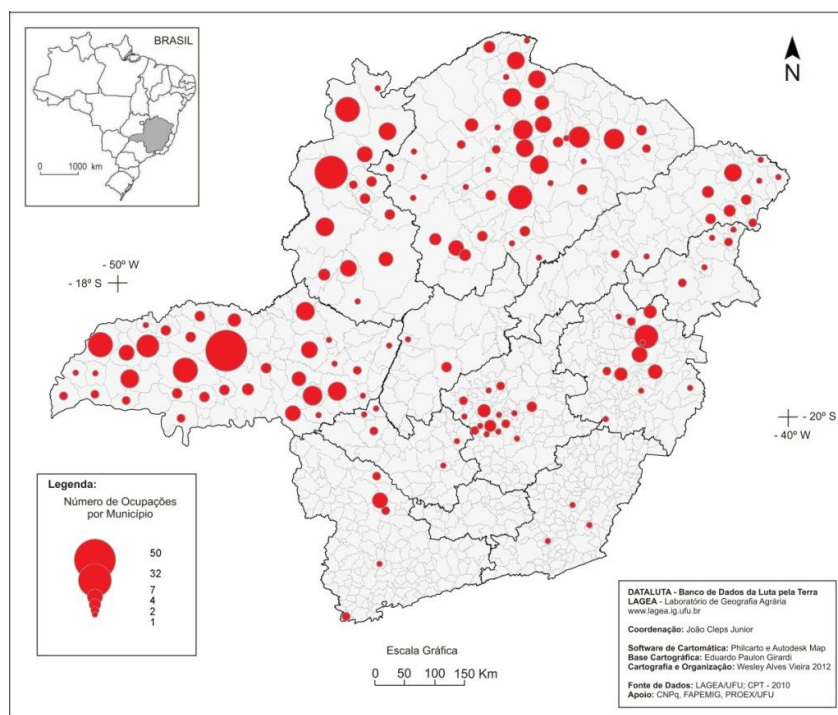


GRÁFICO 2: Minas Gerais - Evolução dos Conflitos de Terra e pela Água (2001-2010)

Fontes: CPT/DATALUTA-NERA-LAGEA, 2010.

Org. João Cleps Jr.



MAPA 1: Minas Gerais – Áreas de Conflitos - Ocupações de Terras (1990-2010)

Fonte: DATALUTA-LAGEA, 2010.

Org. João Cleps Jr.

Como demonstrado na ilustração seguinte (Mapa 1), um simples mapeamento das ocupações de terras, demonstra a real situação da distribuição dos conflitos no campo no Estado, onde são registradas ações nas principais regiões de expansão do agronegócio (Triângulo, Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas). Analisando na perspectiva das ocupações, os municípios com maior número de ações no período 1990-2010 foram Uberlândia (50), Unaí (32), Buritis (18), Prata (18), Santa Vitória (18) e Montes Claros (17).

Reforma Agrária em Minas Gerais: avanços e retrocessos

No Brasil, a criação de assentamentos rurais tem sido realizada em resultado da pressão exercida pelas ocupações de terras. É o que pode ser observado por meio da comparação entre os mapas 1 e 2.

Nos últimos 25 anos foram criados 389 projetos de assentamento de Reforma Agrária em Minas Gerais, na sua maioria nos governos FHC (187 projetos) e Lula da

Silva (171 projetos), conforme registrado na tabela 1. Estes dados não incluem os projetos do tipo RAM (Reforma Agrária de Mercado), representando assim principalmente as formas de criação por desapropriações, compra e reconhecimento. Os projetos foram implantados na maioria das regiões de maior conflito pela terra do Estado, principalmente nas regiões Norte de Minas, Noroeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (mapa 2).

Tabela 1: Minas Gerais – Número de Projetos, Total de Famílias Assentadas e Área Desapropriada por Período de Governo (1986-2011)

GOVERNO	Nº Projetos Criados	Número de Famílias Assentadas	Área Desapropriada (em hectares)
SARNEY (1986-1989)	12	863	64.587
COLLOR-ITAMAR (1991-1994)	13	748	32.730
FHC-1 (1995-1998)	102	5.771	291.345
FHC-2 (1999-2002)	85	4.491	269.092
LULA-1 (2003-2006)	107	4.919	222.072
LULA-2 (2007-2010)	64	2.282	107.876
DILMA (2011)	6	197	7.661
TOTAL	389	19.271	995.363

Fonte: DATALUTA-NERA-LAGEA, 2012.

Org. João Cleps Jr.

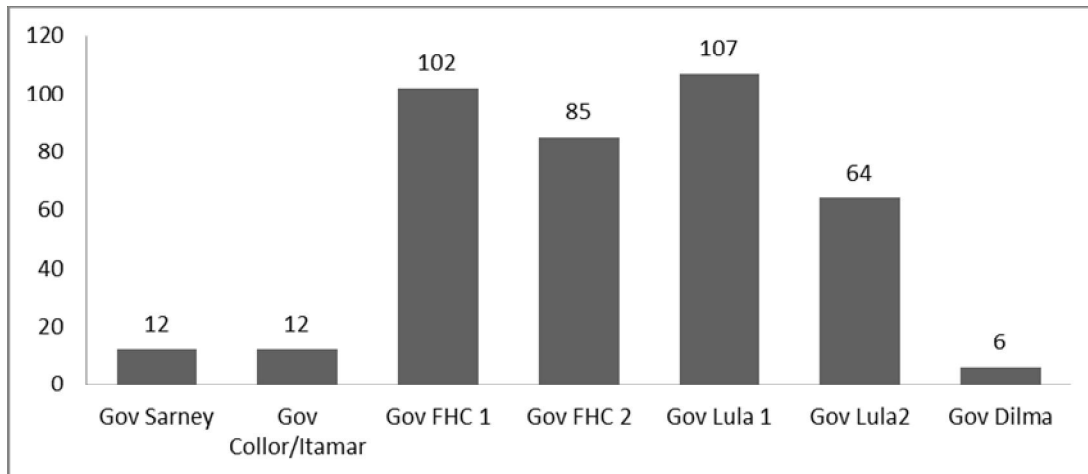
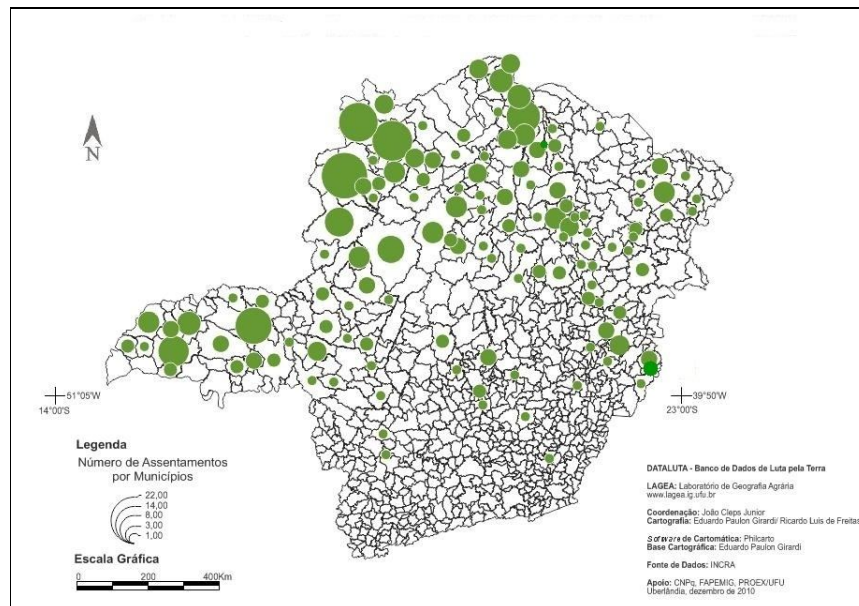


GRÁFICO 1 – Número de Assentamentos Criados por Governos (1985-2011)
Fonte: DATALUTA, 2012. Org. João Cleps Jr.



MAPA 2: Minas Gerais – Projetos e Assentamentos Criados (Período 1986-2010)
Fonte: DATALUTA, 2012. Org. João Cleps Jr.

Analisando as formas de obtenção de terras para a Reforma Agrária em Minas Gerais, com base nos dados acumulados entre 1985-2011, a maioria foi pela via da desapropriação (75%), seguida pelo reconhecimento (14%). É importante destacar que em Minas Gerais houve diferenças quanto ao processo de obtenção por período de

governo, principalmente no último mandato de FHC e primeiro governo LULA, com maior destaque também para os processos de obtenção pelo sistema de reconhecimento.

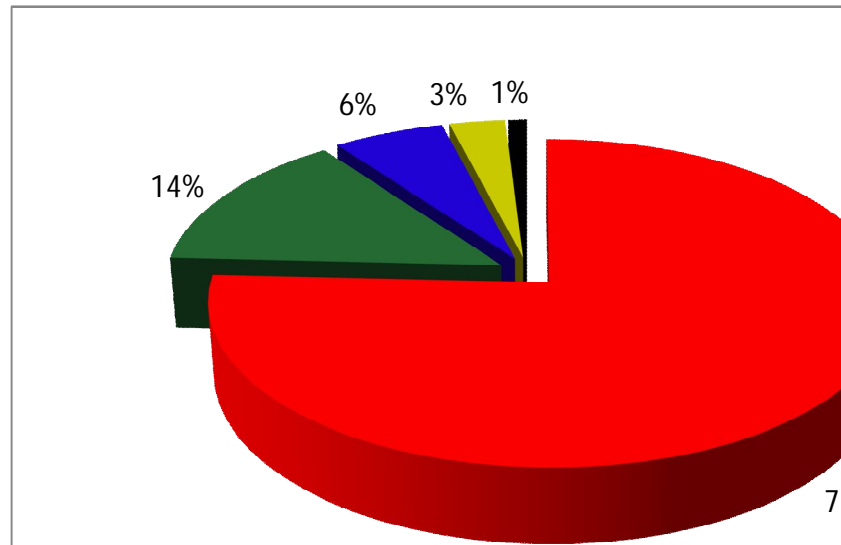
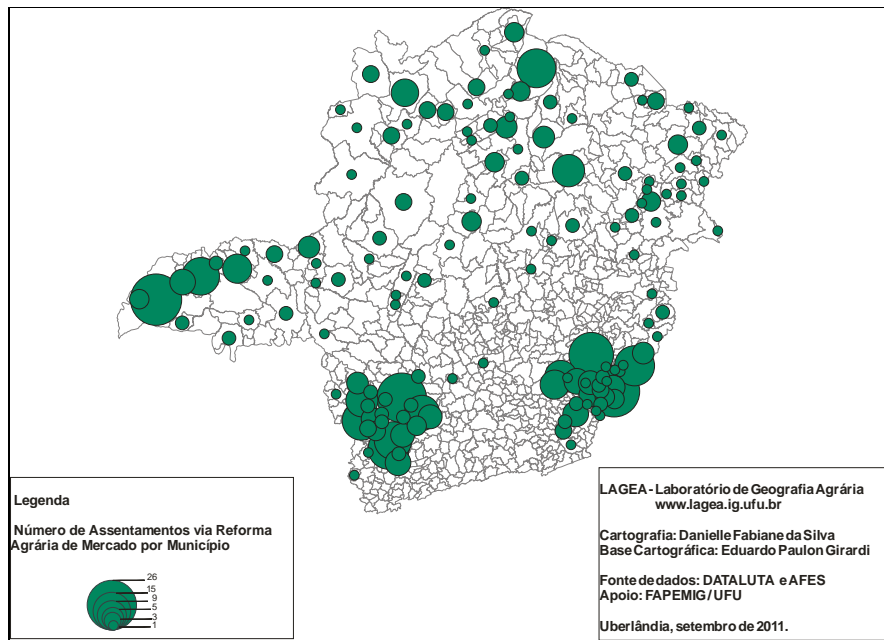


GRÁFICO 2: Minas Gerais- Formas de Obtenção de Terras para Criação de Assentamentos Rurais (1985-2011)

Fonte: INCRA. DATALUTA, 2012. Org. João Cleps Jr.

Numa demonstração do poder político do grande capital em Minas Gerais e, principalmente, comprometendo a imagem do Estado na reforma agrária, em 2011 foram registradas denúncias sobre desvios de terras destinadas à reforma agrária, envolvendo o principal órgão responsável pela execução da política fundiária do estado - o Instituto Estadual de Terras - ITER - que concedeu quatro mil hectares a uma cooperativa laranja sem autorização legislativa e licitação, favorecendo a siderúrgica GERDAU. Segundo a Ação Popular, o Governo de Minas Gerais, mediante contrato de autorização de uso firmado em julho de 2007, cedeu a COOSARP o uso da Fazenda Vale da Aurora, localizada em Rio Pardo de Minas (MG). Mesmo imóvel objeto de um contrato de arrendamento anteriormente firmado entre Ruralminas e Gerdau, que devido o vencimento do contrato já teria que ter sido devolvido ao Estado. O mais grave, segundo documentos constantes na Ação Popular, a GERDAU, após “devolver” o imóvel, formalizou Instrumento de Compra e Venda de Madeira de Eucalipto com a COOSARP com interveniência do ITER cujo produto decorreria da exploração de

eucalipto no imóvel cedido. Em resultado, o juiz de direito da Comarca de Rio Pardo de Minas (MG), suspendeu o Contrato de Autorização de Uso de Terras Públicas firmado entre a Cooperativa de Silvicultura e Agropecuária do Alto Rio Pardo Ltda. COOSARP e determinando ainda que: “cesse imediatamente a exploração de madeira e ou exploração de carvão vegetal existente no imóvel objeto do referido contrato”, tornando também “indisponível dos bens imóveis da GERDAU Aços Longos S.A, da COOSARP e do Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária”. (Fonte: Novojournal: Minas..., 2011).



MAPA 3: Minas Gerais-Projetos de Reforma Agrária de Mercado (Período 1998-2009).
Fonte: DATALUTA-NERA-LAGEA. 2010. Org. Danielle Fabiane da Silva (2011).
Obs: o círculo maior representa 26 empreendimentos.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a política de reforma agrária foi substituída pelo projeto chamado “Novo Mundo Rural”, centrado basicamente em alguns princípios como o assentamento de famílias sem terra enquanto uma política social compensatória e a descentralização/“estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes. Contrariando as lutas e ações de ocupação de terras reivindicadas pelos movimentos sociais, contudo, a mais forte ação

do Estado foi a regulamentação da reforma agrária dentro da lógica da oferta e procura de terras, a denominada Reforma Agrária de Mercado. De acordo com os dados da pesquisa Dataluta, os primeiros assentamentos de Reforma Agrária de Mercado em Minas Gerais foram implantados durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique que, no intervalo de uma década (1999-2008), criou 594 empreendimentos RAM, atingindo mais de 5,3 mil famílias, número superior aos projetos convencionais de reforma agrária (Projeto de Assentamento - PA), que somaram 222 no período. De acordo com o mapa 3, a predominância dos projetos de Reforma Agrária de Mercado foram nas regiões da Zona da Mata (153), Sul de Minas (147), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (89), Norte de Minas (84) e Vale do Jequitinhonha/Mucuri (34) e Noroeste de Minas (28). Com isso, verificou-se que o processo da contra reforma agrária ocorreu não apenas nas regiões de menor conflito de terras como Zona da Mata e Sul de Minas, mas também nas regiões de maior tensão social com o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas.

Criminalização, Judicialização, Agrobandidismo e Direitos Humanos

Outro elemento importante da questão agrária é a violência e número de mortes no campo. Desde que a CPT iniciou o processo de registro de mortes no campo, em 1985, em Minas Gerais foram registradas 192 mortes (DATALUTA, 2011). Os 1.186 casos monitorados pela organização, com 1.580 vítimas, resultaram em 94 condenações pelo menos de primeira instância até abril, sendo 21 de réus acusados de serem os mandantes e 73 de serem os executores dos homicídios. A maioria dos casos - 641 - está nos estados da Amazônia Legal, com destaque para o Pará, que responde por 408 deles, com 621 mortes. Neste levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre a violência no campo no Brasil apontou que cerca de 8% dos casos de assassinatos ocorridos desde 1985 até 2011 devido a conflitos agrários foram julgados pelo menos em primeira instância até abril deste ano de 2012.

Esta onda de assassinatos no campo se associa com ameaças de morte contra lideranças camponesas, quilombolas e indígenas, “num processo coordenado pelo agrobandidismo, com anuência do Governo Federal, que abandonou a política de

reforma agrária, titulação de territórios quilombolas e demarcação de terras indígenas e passou a investir massivamente no agronegócio” (Dossiê *Assassinatos no Campo*, 2012).

Neste início de 2012, o número de assassinatos e violência tem ampliado proporcionalmente em todo o Brasil conforme informações preliminares da Comissão de Direitos Humanos e da CPT. Ocorre uma multiplicação de conflitos territoriais, representados por ações jurídicas de reintegração de posse, derrubada das florestas, intimidações, ameaças de morte, tentativas de homicídio e assassinatos, muitos destes com a participação de agentes estatais, como policiais, juízes, donos de cartório, prefeitos e deputados, agravando o quadro de violência. Tais violências tornam visível uma série de violações que o Estado e agentes privados cometem contra esses grupos sociais.

O mais grave é que a questão agrária ainda apresenta vítimas fatais de conflitos de terras no Estado de Minas Gerais. Em março deste ano de 2012, registramos em Uberlândia, Triângulo Mineiro, o assassinato de três trabalhadores ligados ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) foram executados na tarde de 24 de março de 2012. As três vítimas - Valdir Dias Ferreira, 40 anos e o casal Milton Santos Nunes, 52 anos, e Clestina Leonor Sales Nunes, 48 anos, - eram acampadas da Fazenda São José dos Cravos, em Prata, na região de Uberlândia, junto com outras 80 famílias. A chacina de Uberlândia completa dois meses, sem que algum culpado tenha sido identificado ou acusado.

O Massacre de Felisburgo, que vitimou cinco trabalhadores rurais sem terra, completa oito anos sem que nenhum acusado do crime tenha sido preso ou julgado. O réu confesso do Massacre, além de participar diretamente da ação, contratou 16 pistoleiros para atacar as 230 famílias do acampamento Terra Prometida, organizado pelo MST, na fazenda Nova Alegria. Um jagunço já morreu sem ser julgado e outros 15 continuam em liberdade

A Chacina de Unai, no noroeste de Minas, ocorrida em 2004, onde três auditores fiscais do trabalho e o motorista da equipe que foram mortos quando vistoriavam as condições de trabalho e moradia de colhedores de feijão, ainda não foram a julgamento.

Em função da tragédia, a data 28 de janeiro tornou-se o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Contudo, cresceram as condenações contra líderes de movimentos e seus apoiadores. Nos processos desapropriatórios e conflitos fundiários, atribui-se, ainda, à morosidade a brechas na legislação, onde o Poder Judiciário reconhece o problema.

Considerações finais

A questão agrária caminha hoje junto com a questão ambiental. As regiões de maior concentração de recursos naturais (água, terra, minério e biodiversidade) tem se tornado alvos de disputas políticas e econômicas. Agravam-se os problemas com relação a privatização da água e as construções de barragens, que também enfrentam ações de resistências dos movimentos e populações que reivindicam a soberania sobre seus territórios. No entanto, a terra continua sendo o tema central e nos últimos anos já constitui a maior parte do número das manifestações.

A combinação das lutas específicas dos movimentos de luta pela terra com a união da luta entre vários movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais dá uma nova características na interpretação das lutas sociais. Atualmente estão em curso diversos processos de lutas que reflete a diversidade socioeconômica e da questão agrária em Minas Gerais: Camponeses, Geraizeiros, Vazanteiros, Quilombolas, Indígenas e Sem Terras. Por outro lado, o mais grave é que a questão agrária ainda apresenta vítimas fatais de conflitos de terras no Estado de Minas Gerais.

A partir das pesquisas do Dataluta, abrem-se possibilidades de análises da questão agrária, em particular no Estado de Minas Gerais. Neste estudo buscamos analisar aspectos da questão agrária brasileira e mineira.

Nota

¹ Este artigo é parte dos resultados das pesquisas apoiadas pela FAPEMIG (Edital Demanda Universal 2010 e 01/2012: Projeto “Território e Agronegócio em Minas Gerais: produção de agrocombustível e disputas territoriais”) e CNPq (Edital MCT/CNPq 2010 - Projeto “Desenvolvimento Territorial e Políticas de Produção de Agrocombustível e Soberania Alimentar em Minas Gerais”).

Referências

CAMPOS, Natália L. Expansão Canavieira e Impactos Sócio-Espaciais da Produção de Agrocombustível no Triângulo Mineiro (1980-2011). Uberlândia: IG-UFU. Monografia de Bacharelado [Geografia], 2011.

CLEPS JR., João As Ações dos Movimentos Sociais no Campo em 2010. In: **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Org. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. Goiânia: CPT, 2011.

_____. Questão Agrária, Estado e Territórios em Disputa In: **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. 1ª. ed. São Paulo, SP : Expressão Popular, 2010, v.1, p. 35-54.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT, 2012.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2010 - Brasil**. Presidente Prudente: UNESP-FCT/NERA, 2010.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2010 - Minas Gerais**. Uberlândia: UFU-IG/LAGEA, 2011.

Dossiê... Revela: em 4 meses, 14 pessoas foram assassinadas no campo. <http://cidadaniaverde2011.blogspot.com.br/2012/05/dossie-revela-14-assassinatos-no-campo.html#!/2012/05/dossie-revela-14-assassinatos-no-campo.html>. Acesso em 14 de maio/2012.

Em Minas Gerais, Terras para a Reforma Agrária são Desviadas. Novo Jornal. Minas. Em Minas Gerais. <http://www.novojornal.com/minas/noticia/em-minas-gerais-terras-para-reforma-agrari...>Acesso em 04/06/2011.

Fazenda Inhumas volta a ser ocupada por sem terra. **JM Online**. Uberaba, ed. de 27/02/2011. <http://www.jmonline.com.br/novo/?noticias,1,GERAL,42000>. Data de Acesso: 17 de abril de 2012.

FERNANDES, Bernardo M. Reconceitualizando a Reforma Agrária. **Boletim Dataluta**. Pres. Prudente: NERA-UNESP. Disponível em www.fct.unesp.br/nera., 2010.

MOREIRA, Giovander. (*Frei*) Acampamento Novo Paraíso, do MST, em Jequitaiá, MG e Conquistas do MST-MG em 2011 - 09/01/2012. http://www.youtube.com/watch?v=zC_Kp1U7Twc&list=UUwGdEdUO2-e4KgNTd4VSe7Q&index=3&feature=plcp

REIS, Laís. N. G.; BRITO, Jorge L. S. A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo mineiro e Alto Paranaíba-MG. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE, p.6650-6657.

SILVA, Danielle F. Do Sonho da Terra ao Pesadelo da Dívida: o Programa Banco da Terra em Uberlândia-MG (Assentamento Campo Brasil). Uberlândia: IG-UFU. Monografia de Bacharelado [Geografia], 2011.